

Enel Green Power Damascena Eólica S.A.

CNPJ: 19.046.080/0001-44

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Com relatório dos auditores independentes

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes	4
Demonstrações Financeiras	
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power Damascena Eólica S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2023.

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Jean Philippe Salvatore Bellavia	Diretor-Presidente
Jean Philippe Salvatore Bellavia	Diretor de Operação e Manutenção
Camilo Rebollo Couto	Diretor de Construção
Mara Ayesha Lopez Berrios	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle

Relações com Investidores

Fábio Romanin

Contador Responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Enel Green Power Damascena Eólica S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Damascena Eólica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Damascena Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 2 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Nagib M Neto
Contador CRC RJ-116077/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2022	31.12.2021
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.274	1.653
Títulos e valores mobiliários	4	6	4.627
Contas a receber de clientes	5	2.010	1.851
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		58	-
Outros tributos compensáveis		28	28
Cauções e depósitos	6	9.615	10.483
Serviços em curso		15	15
Outros créditos		1.543	971
Total do ativo circulante		20.549	19.628
<u>Ativo não circulante</u>			
Imobilizado	7	135.069	140.512
Intangível		1.476	1.522
Total do ativo não circulante		136.545	142.034
Total do ativo		157.094	161.662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	8	13.965	17.299
Empréstimos e financiamentos	9	3.703	3.504
Debêntures	10	467	1.146
Obrigações por arrendamentos		55	95
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	144
Outras obrigações fiscais		140	159
Encargos setoriais		15	15
Ressarcimento mercado regulado	11	3.246	1.230
Dividendos a pagar	13	-	483
Outras obrigações		542	466
Total do passivo circulante		22.133	24.541
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	9	48.565	51.526
Debêntures	10	9.168	9.076
Obrigações por arrendamentos		2.965	2.991
Outras obrigações fiscais		22	22
Ressarcimento mercado regulado	11	1.933	1.730
Provisão para desmantelamento		282	428
Provisões para processos judiciais e outros riscos	12	1	1
Total do passivo não circulante		62.936	65.774
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	13	83.709	83.709
Prejuízos acumulados		(11.684)	(12.362)
Total do patrimônio líquido		72.025	71.347
Total do passivo e do patrimônio líquido		157.094	161.662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	2022	2021
Receita líquida	14	19.455	19.484
Custo do serviço	15	(12.666)	(13.163)
Lucro bruto		6.789	6.321
Despesas operacionais	15		
Despesas gerais e administrativas		(1.259)	(1.277)
Outras receitas operacionais		-	199
Total despesas operacionais		(1.259)	(1.078)
Resultado do serviço		5.530	5.243
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		4.787	2.914
Despesas financeiras		(8.436)	(10.146)
Total do resultado financeiro		(3.649)	(7.232)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		1.881	(1.989)
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(1.203)	(870)
		(1.203)	(870)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		678	(2.859)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	678	(2.859)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	678	(2.859)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	83.709	(9.503)	74.206
Prejuízo do exercício	-	(2.859)	(2.859)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	83.709	(12.362)	71.347
Lucro líquido do exercício	-	678	678
Saldo em 31 de dezembro de 2022	83.709	(11.684)	72.025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	678	(2.859)
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Encargos de arrendamento	358	339
Depreciação e amortização	5.722	5.714
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	4.556	-
Atualização financeira - desmantelamento	46	76
Juros e variações monetárias	1.803	5.842
Apropriação dos custos de transação	542	552
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.203	870
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber de clientes	(159)	(197)
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	(203)	(105)
Outros tributos compensáveis	-	11
Cauções e depósitos	868	(5.479)
Serviços em curso	-	(15)
Outros créditos	(572)	(333)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(3.334)	2.007
Ressarcimento mercado regulado	2.219	442
Outras obrigações fiscais	(19)	(36)
Encargos setoriais	-	15
Outras obrigações	76	145
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.202)	(733)
Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do juros capitalizados	(5.337)	(4.890)
Pagamentos de juros de arrendamento	(359)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	6.886	1.366
Atividades de investimentos:		
Adições de ativos imobilizado e intangível	(392)	(1.292)
Títulos e valores mobiliários	4.621	(4.627)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimentos	4.229	(5.919)
Atividades de financiamentos:		
Pagamentos de debêntures (principal)	(1.179)	(678)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(3.734)	(3.713)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(98)	(372)
Pagamento de dividendos	(483)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(5.494)	(4.763)
Variação no caixa líquido da Companhia	5.621	(9.316)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.653	10.969
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	7.274	1.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Enel Green Power Damascena Eólica S.A. (“Companhia”) foi constituída em 13 de setembro 2013, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem eólica, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social.

A Companhia explora o potencial eólico de 30 MW no município de Cafarnaum, Estado da Bahia, que foi objeto do Leilão nº 05/2013-ANEEL, com contrato vigente até 13 de fevereiro de 2049. Através do despacho ANEEL 1.049 de 29 de abril de 2016 as unidades geradoras UG1 e UG15 foram liberadas para início da operação comercial por meio de conexão provisória, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 02 de março de 2023.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 15 - Combinação de negócios	Referências à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, provisões para processos judiciais e instrumentos financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e contas correntes bancárias	506	182
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	5.470	-
Operações compromissadas	1.298	1.471
Total	7.274	1.653

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em produtos de renda fixa, de baixo risco, com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo. Os Certificados de Depósitos Bancários foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 99% do CDI. Os investimentos em Operações Compromissadas foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 80% do CDI (80% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

4. Títulos e valores mobiliários

	31.12.2022	31.12.2021
Fundos de investimentos exclusivos	6	4.627
Títulos públicos	6	4.627
Total	6	4.627

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de investimento exclusivos das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das 36 cotistas e apresenta 3,15% de representatividade sobre o total do fundo em 31 de dezembro de 2022 (9,14% em 31 de dezembro de 2021). Esses fundos são administrados por *Asset* de primeira linha, são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI através de carteira composta majoritariamente por títulos públicos e letras financeiras. Em 31 de dezembro de 2022 os fundos apresentaram uma rentabilidade média de 97,57% no ano (97,61% em 31 de dezembro de 2021).

5. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com suprimento de energia faturado, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	A vencer	Vencidos	Total	Total
		mais de 90 dias	31.12.2022	31.12.2021
Suprimento de energia - ACR - Ambiente de contratação regulado	1.990	-	1.990	1.831
Contas a receber - partes relacionadas - (nota 17)	-	20	20	20
Total	1.990	20	2.010	1.851

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Ambiente de Contratação Regulado - ACR) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL, e normalmente liquidadas em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base a probabilidade de perda determinada individualmente proposta no modelo utilizado, que atende à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48.

Este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias, determinação e mudança de risco de crédito individual no cálculo da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada cliente.

Neste modelo a Administração determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito ora aplicados aumentam a medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da entidade e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE, em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Não ocorreram provisões ou reversões de PECLD para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



6. Cauções e depósitos

Instituição	Tipo de aplicação	Circulante	Circulante
		31.12.2022	31.12.2021
BNDES e Debenturistas	Conta Centralizadora	1.985	2.291
BNDES e Debenturistas	Conta de Complementação do ICSD	7.468	2.592
BNDES e Debenturistas	Conta Reserva de O&M	-	680
Debenturistas	Conta de Pagamento das Debêntures	162	163
Debenturistas	Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures	-	748
BNDES	Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES	-	4.009
	Total	9.615	10.483

O saldo de R\$ 9.615 (R\$ 10.483, em 31 de dezembro de 2021), é composto por valores em garantia conforme definido nos contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures destacados abaixo:

- **Conta centralizadora:** conta corrente constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos no contrato de financiamento com o BNDES e na escritura de emissão de debêntures;
- **Conta de complementação do ICSD:** conta corrente composta por aportes de valores para complementar o ICSD (**Índice de Cobertura do Serviço da Dívida**), para que fique sempre igual ou superior a 1,20.
- **Conta reserva de O&M:** conta corrente composta por aportes equivalentes a 25% do valor anual dos pagamentos dos contratos de O&M;
- **Conta de pagamento das debêntures:** conta corrente para a qual são transferidos mensalmente o valor equivalente a 1/6 da próxima parcela das debêntures, até o seu pagamento;
- **Conta reserva do serviço da dívida das debêntures:** conta corrente composta por montante equivalente a próxima prestação da dívida de debêntures;
- **Conta reserva do serviço da dívida do BNDES:** conta corrente para a qual é transferido o valor necessário para perfazer o saldo integral mínimo de (i) 3 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida, caso o ICSD apurado seja igual ou superior a 1,20 ou (ii) 6 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida, caso o ICSD apurado seja inferior a 1,20.

Com a apuração do ICSD abaixo de 1,20 no ano de 2021, o saldo da Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES foi mantido em 6x o valor do serviço da dívida em 2022, bem como foi mantido na Conta de Complementação do ICSD o montante necessário para que o índice atingisse 1,20.

7. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016), limitada ao período de autorização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de máquinas e equipamentos, compostos principalmente por aerogeradores e turbinas que compõem a infraestrutura operacional da Companhia, edificações, obras civis e benfeitorias.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação do ativo imobilizado no exercício está demonstrada a seguir:

	31.12.2021	Adição	Depreciação / amortização	Desmantelamento	Transferência	31.12.2022
Imobilizado em serviço						
Terrenos	1.023	-	-	-	-	1.023
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	25.693	-	-	(192)	-	25.501
Máquinas e equipamentos	135.069	-	-	-	1.181	136.250
Móveis e utensílios	4	-	-	-	-	4
Linhas de transmissão	5.376	-	-	-	-	5.376
	167.165	-	-	(192)	1.181	168.154
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(4.888)	-	(848)	-	-	(5.736)
Máquinas e equipamentos	(25.031)	-	(4.522)	-	-	(29.553)
Móveis e utensílios	(2)	-	-	-	-	(2)
Linhas de transmissão	(1.036)	-	(178)	-	-	(1.214)
	(30.957)	-	(5.548)	-	-	(36.505)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	1.692	379	-	-	(1.407)	664
	1.692	379	-	-	(1.407)	664
Total do imobilizado	137.900	379	(5.548)	(192)	(226)	132.313
Ativo de direito de uso						
Terrenos	2.612	33	(115)	-	226	2.756
	2.612	33	(115)	-	226	2.756
Total	140.512	412	(5.663)	(192)	-	135.069

	31.12.2020	Adição	Depreciação / amortização	Desmantelamento	Transferência	31.12.2021
Imobilizado em serviço						
Terrenos	1.023	-	-	-	-	1.023
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	26.390	-	-	(697)	-	25.693
Máquinas e equipamentos	134.991	-	-	-	78	135.069
Móveis e utensílios	4	-	-	-	-	4
Linhas de transmissão	5.376	-	-	-	-	5.376
	167.784	-	-	(697)	78	167.165
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(4.013)	-	(875)	-	-	(4.888)
Máquinas e equipamentos	(20.536)	-	(4.495)	-	-	(25.031)
Móveis e utensílios	(2)	-	-	-	-	(2)
Linhas de transmissão	(857)	-	(179)	-	-	(1.036)
	(25.408)	-	(5.549)	-	-	(30.957)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	253	1.292	-	-	147	1.692
	253	1.292	-	-	147	1.692
Total do imobilizado	142.629	1.292	(5.549)	(697)	225	137.900
Ativo de direito de uso						
Terrenos	2.122	820	(105)	-	(225)	2.612
	2.122	820	(105)	-	(225)	2.612
Total	144.751	2.112	(5.654)	(697)	-	140.512

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados são as seguintes:

Administração	%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	2,50%
Máquinas e equipamentos	1,33%
Móveis e utensílios	1,25%
Linhas de transmissão	2,50%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2022:

Ativo de direito de uso	Prazo médio remanescente (anos)
Terrenos	24,25

8. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de fornecedores é composto, basicamente, pelas obrigações a pagar aos fornecedores relacionados às atividades operacionais da Companhia.

	31.12.2022	31.12.2021
Compra de Energia	-	1
Encargo de Uso da Rede	224	198
Encargo de Uso da Rede - partes relacionadas (nota 17)	2	2
Total energia	226	201
Materiais e serviços	1.423	1.358
Materiais e serviços - partes relacionadas (nota 17)	12.316	15.740
Total materiais e serviços	13.739	17.098
Total	13.965	17.299

9. Empréstimos e financiamentos

	31.12.2022						31.12.2021					
	Circulante			Não circulante			Total circulante + não circulante	Circulante		Não circulante		Total circulante + não circulante
	Principal	Juros	Total	Principal	Total	Principal		Total	Principal	Total		
Moeda nacional												
BNDES	3.519	184	3.703	48.565	48.565	52.268	3.504	3.504	51.526	51.526	55.030	
Total	3.519	184	3.703	48.565	48.565	52.268	3.504	3.504	51.526	51.526	55.030	

A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.438	54.763	58.201
Encargos provisionados	4.123	-	4.123
Encargos pagos	(4.115)	-	(4.115)
Transferências	3.237	(3.237)	-
Amortizações	(3.713)	-	(3.713)
Custo de transação	534	-	534
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.504	51.526	55.030
Encargos provisionados	4.556	-	4.556
Encargos pagos	(4.551)	-	(4.551)
Variação monetária	433	-	433
Transferências	2.961	(2.961)	-
Amortizações	(3.734)	-	(3.734)
Custo de transação	534	-	534
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.703	48.565	52.268

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	31.12.2022
BNDES	63.042	28/02/2018	15/10/2032	TJLP + 2,02%	Mensal	Mensal	31.818	Financiamento	52.268

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Garantias

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato conta com as seguintes garantias:

- A controladora direta Enel Brasil S.A. como interveniente e garantidora;
- Fiança bancária contratada pela controladora indireta Enel SpA;
- Penhor das ações da interveniente Enel Brasil S.A.;
- Penhor de máquinas e equipamentos; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios, via constituição de contas reserva.

A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
3.843	4.193	4.572	4.981	30.976	48.565

Índice de cobertura do serviço da dívida

Contrato	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Periodicidade de apuração do índice
BNDES	ICSD - Geração de Caixa / Serviço da Dívida	1,20	Anual

- Geração de caixa para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a (+) EBITDA do ano de referência, conforme item (iii); (-) imposto de renda e contribuição social apurados no exercício, líquidos de diferimentos; (-) distribuição de capital a qualquer título previstos para o ano seguinte.
- Serviço da dívida refere-se ao somatório de 12 meses de pagamentos de amortização de principal e juros realizadas no ano de referência das operações de empréstimos, financiamentos e debêntures, exceto ao referente ao subcrédito social do contrato com o BNDES.
- EBITDA do ano de referência refere-se ao (+) lucro líquido; (+/-) resultado financeiro; (+) provisão para imposto de renda e contribuição social; (+) depreciações e amortizações; (+/-) quaisquer outras receitas e/ou despesas sem efeitos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2022 o ICSD foi de 0,98 (1,03 em 31 de dezembro de 2021).

No fim de 2021 foram realizados aditivos contratuais retirando a obrigação de manutenção do índice mínimo. Com os aditivos, a medição do ICSD passa a ser fator de ajuste do valor mínimo necessário a ser mantido na Conta Reserva de Complementação do ICSD e do montante mínimo da Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES, conforme explicitado nas definições das contas na nota explicativa nº 6.

10. Debêntures

Moeda nacional	31.12.2022					31.12.2021					
	Circulante			Não circulante		Total circulante + não circulante	Circulante		Não circulante		Total circulante + não circulante
	Principal	Juros	Total	Principal	Total		Principal	Total	Principal	Total	
Debênture de infraestrutura	436	31	467	9.168	9.168	9.635	1.146	1.146	9.076	9.076	10.222
Total	436	31	467	9.168	9.168	9.635	1.146	1.146	9.076	9.076	10.222

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	657	9.221	9.878
Encargos provisionados	779	-	779
Encargos pagos	(775)	-	(775)
Variação cambial	-	1.010	1.010
Transferências	1.155	(1.155)	-
Amortizações	(678)	-	(678)
Custo de transação	8	-	8
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.146	9.076	10.222
Encargos provisionados	782	-	782
Encargos pagos	(786)	-	(786)
Transferências	(92)	92	-
Amortizações	(1.179)	-	(1.179)
Atualização monetária	588	-	588
Custo de transação	8	-	8
Saldo em 31 de dezembro de 2022	467	9.168	9.635

As principais características dos contratos de debêntures, estão descritas a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	31.12.2022
Debênture de infraestrutura	10.750	28/12/2017	15/12/2028	IPCA + 7,62%	Semestral	Semestral	10.750	Debêntures	9.635

As debêntures são:

- Simples;
- Não conversíveis em ações;
- Série única;
- Com garantia real e adicional fidejussória.

Garantias

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato conta com as seguintes garantias:

- A controladora direta Enel Brasil S.A. como interveniente e garantidora;
- Fiança bancária contratada pela controladora indireta Enel SpA;
- Penhor das ações da interveniente Enel Brasil S.A.;
- Penhor de máquinas e equipamentos; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios, via constituição de contas reserva.

As garantias são compartilhadas entre BNDES e debenturistas. Com a concessão do *completion* físico e financeiro por parte dos debenturistas no ano de 2022, a fiança bancária anteriormente existente para as debêntures foi dispensada.

A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

2024	2025	2026	Após 2026	Total
519	2.079	2.419	4.151	9.168

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



11. Ressarcimento mercado regulado

Em 2022, a Companhia possui passivo circulante de R\$ 3.246 (R\$ 1.230 em 2021) e não circulante de R\$ 1.933 (R\$ 1.730 em 2021) referentes ao ressarcimento do mercado regulado. Os ressarcimentos apurados são determinados em função dos Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEAR) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia Nova (LEN), Leilões de Fontes Alternativas (LFA) e Leilões de Energia Existente (LEE), e dos Contratos de Energia de Reserva (CER) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia de Reserva (LER).

As regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” desses contratos fornecem as informações para cálculo dos recursos energéticos comprometidos com os contratos por disponibilidade. Estas informações são utilizadas para apuração das eventuais infrações relacionadas basicamente às indisponibilidades e aos déficits de geração relacionados às usinas não hidráulicas que atendem os produtos associados a estes contratos.

Os pagamentos e recebimentos, devidos a título de ressarcimento, calculados segundo regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” são utilizados na consolidação dos resultados dos agentes envolvidos na contratação por disponibilidade visando a liquidação financeira destas quantias de forma a atender o disposto nos contratos. A dinâmica de apuração do ressarcimento é anual e quadrienal.

O mecanismo de apuração anual segue as regras de comercialização que estabelecem que a produção de energia não entregue deve ser considerada de acordo com o valor médio anual contratado (“flat”). Este mecanismo visa realizar o acerto financeiro em virtude da diferença positiva entre o montante contratado e o montante gerado no período de apuração correspondente à receita fixa anual paga (ciclo contratual).

12. Provisão para processos judiciais

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

12.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas no montante de R\$ 1 (R\$ 1 em 2021) cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

12.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)

A Companhia possui ações de natureza fiscais e trabalhista, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, sendo as mais representativas mencionadas abaixo:

	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhistas	82	76
Fiscais	6.689	2.714
Total	6.771	2.790

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Trabalhistas:

Processos de natureza trabalhista, que pleiteiam responsabilidade subsidiária da Companhia, envolvendo pedidos de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, entre outros, no valor de 82 em 31 de dezembro de 2022 e 76 em 31 de dezembro de 2021.

Fiscais:

A Companhia discute ISS supostamente devido ao município de Mulungu do Morro pelos serviços prestados na construção do parque e a correta base de cálculo do imposto no valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 1.288 (R\$ 1.221 em 31 de dezembro de 2021). Além destes processos, a Companhia ainda discute temas de Taxas de Fiscalização e Funcionamento, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 5.401 (R\$ 1.493 em 31 de dezembro de 2021).

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social é de R\$ 83.709, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	83.009.003	99,16%	83.009.003	99,16%
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda.	700.000	0,84%	700.000	0,84%
Total	83.709.003	100,00%	83.709.003	100,00%

14. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece um modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	20.328	20.332
	20.328	20.332
Deduções da receita		
Cofins	(618)	(615)
Pis	(134)	(134)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(121)	(99)
	(873)	(848)
Total	19.455	19.484

15. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

	2022			2021			
	Custo do serviço	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo do serviço	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total
Material	(50)	(59)	(109)	(356)	69	-	(287)
Serviços de terceiros	(3.999)	3	(3.996)	(4.505)	12	-	(4.493)
Serviços de terceiros partes relacionadas	-	(983)	(983)	-	(969)	-	(969)
Energia elétrica comprada para revenda	(2)	-	(2)	(126)	-	-	(126)
Encargos de uso de rede elétrica	(2.477)	-	(2.477)	(2.190)	-	-	(2.190)
Depreciação e amortização	(5.679)	(43)	(5.722)	(5.668)	(45)	-	(5.713)
Aluguéis e arrendamentos	(6)	-	(6)	-	-	-	-
Transporte de potência de energia	(22)	-	(22)	(22)	-	-	(22)
Transporte de potência de energia - partes relacionadas (nota 18)	(27)	-	(27)	(24)	-	-	(24)
Seguros	(403)	-	(403)	(271)	-	-	(271)
Outras receitas (despesas)	(1)	(177)	(178)	(1)	(344)	199	(146)
Total	(12.666)	(1.259)	(13.925)	(13.163)	(1.277)	199	(14.241)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	1.734	588
Variação cambial	3.044	2.325
Variação cambial realizada	9	-
Juros e atualização monetária de mercado curto prazo	-	1
	4.787	2.914
Despesas financeiras		
Variação cambial	-	(2.193)
Variação cambial realizada	-	(3)
Custo de transação	(542)	(542)
Encargos de dívidas	(5.770)	(4.902)
Atualização de impostos e multas	(19)	(544)
Juros debêntures	-	2
Garantias e fianças	(852)	(187)
Variações monetárias - dívidas	(588)	(1.010)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(31)	(20)
Atualização financeira desmantelamento	(46)	(76)
Juros em arrendamento	(358)	(339)
Outras despesas financeiras	(230)	(332)
	(8.436)	(10.146)
Total	(3.649)	(7.232)

17. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

	2022	2021
Receita de suprimento de energia elétrica	20.602	20.332
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	1.648	1.627
Rendimento de aplicações financeiras	1.734	588
Outras receitas financeiras	-	201
Variação cambial realizada	9	-
Total base de cálculo	3.391	2.416
Alíquota do imposto de renda (15%)	(509)	(362)
Alíquota do imposto de renda adicional (10%)	(315)	(218)
Total do imposto de renda	(824)	(580)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	2.472	2.440
Rendimento de aplicações financeiras	1.734	588
Outras receitas financeiras	-	201
Variação cambial realizada	9	-
Total base de cálculo	4.215	3.229
Alíquota da contribuição social (9%)	(379)	(290)
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.203)	(870)

18. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro 2022 e 2021, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

18.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da transação	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Passivo	Passivo	Despesa	Despesa
Compartilhamento das despesas	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(2.737)	(3.051)	(982)	(970)
Total		(2.737)	(3.051)	(982)	(970)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

18.2 Empresas em controle em comum

Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Passivo	Passivo	Despesa	Despesa
Compartilhamento das despesas comuns		(68)	(68)	-	-
Enel Green Power Maniçoba S.A.	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(38)	(38)	-	-
Enel Power do Brasil Ltda.		(30)	(30)	-	-
Suporte Operacional		(9.879)	(12.919)	-	-
Enel Green Power S.p.A.	Janeiro de 2014 até o término dos serviços	(9.879)	(12.919)	-	-
Transporte de energia		(2)	(2)	(28)	(24)
Enel Cien S.A.	Até o final da concessão	(2)	(2)	(28)	(24)
Total		(9.949)	(12.989)	(28)	(24)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruitoras em relação à fruição de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou *know-how*, se dá através de i. prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii. aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii. fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv. participação na execução do projeto; v. designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Transmissão de energia: O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2022 e 2021.

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como segue:

	Categoria	Nível	31.12.2022		31.12.2021	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	7.274	7.274	1.653	1.653
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	6	6	4.627	4.627
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	2.010	2.010	1.851	1.851
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	9.615	9.615	10.483	10.483
			18.905	18.905	18.614	18.614
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	13.965	13.965	17.299	17.299
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	52.268	39.207	55.031	54.789
Debêntures	Custo amortizado	2	9.635	9.131	10.222	9.910
Ressarcimento mercado regulado	Custo amortizado	2	5.179	5.179	2.960	2.960
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	3.020	3.020	3.086	3.086
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	-	-	483	483
			84.067	70.502	89.081	88.527
Total			102.972	89.407	107.695	107.141

19.1 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento, dado as suas operações atuais).

19.2 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, que estão atreladas ao CDI. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis (IPCA e TJLP), além das variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, as quais estão atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos do resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros de 2022 fossem iguais as esperadas para os próximos 12 meses, segundo projeções baseadas na curva futura da B3, considerando a taxa de juros contratual (índice + spread). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

Indexador do contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
IPCA	794	871	77	947	153
TJLP	5.176	6.145	969	7.099	1.923
Total	5.970	7.016	1.046	8.046	2.076

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



19.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras mantidos pela Companhia.

Contas a receber

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, em função da reputação destas empresas, mercado onde atuam e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

19.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de debêntures, empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2022						
Empréstimos e financiamentos - pós fixados	655	1.345	6.070	21.469	33.106	62.645
Total	655	1.345	6.070	21.469	33.106	62.645

19.5 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

19.6 Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Administração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, conforme detalhado a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	61.903	65.252
Dívida	61.903	65.252
Caixa e equivalentes de caixa	(7.274)	(1.653)
Títulos e valores mobiliários	(6)	(4.627)
Dívida líquida	54.623	58.972
Patrimônio líquido	72.025	71.347
Índice de endividamento líquido	43%	45%

20. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros cujos limites de indenização são considerados suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/22	31/10/23	208.706	5.186.149
Responsabilidade civil geral	31/10/22	31/10/23	n/a	104.946
Responsabilidade civil de administradores	10/11/22	10/11/23	n/a	77.618
Riscos ambientais	31/10/22	31/10/23	n/a	103.723

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.

21. Eventos subsequentes

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.